

## ACTA N.º 18

### MANDATO 2005/2009

Aos vinte e nove dias do mês de Abril do ano dois mil e oito, pelas vinte horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, realizou-se a primeira reunião da Assembleia Municipal de Valongo, da Sessão Ordinária com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1. Intervenção do público; -----

2. Período antes da ordem do dia; -----

2.1 Assuntos gerais de interesse para a Autarquia; -----

Ordem do Dia: -----

1. Discussão e aprovação da acta da reunião do dia 2008-02-28; -----

2. Apreciação do Relatório das reuniões efectuadas com as Associações do Concelho de Valongo; -----

3. Discutir e Votar Propostas da Câmara Municipal sobre: -----

3.1 Documento de Prestação de Contas da Câmara do ano 2007; -----

3.2 Documento de Prestação de Contas dos SMAES do ano 2007; -----

3.3 1ª Revisão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano do ano 2008;

3.4 Fornecimento de refeições para as cantinas/refeitórios das EB1/JI do concelho de Valongo – Abertura de concurso para os anos lectivos 2008/2009 e 2009/2010; -----

3.5 Delegação de execução de obra na Junta de Freguesia de Alfena – Pavimentação da Rua de Real; -----

3.6 Delegação de execução de obra na Junta de Freguesia de Sobrado – Beneficiação da Rua da Pinguela; -----

3.7 Apreciação do Relatório do Auditor Externo de Informação sobre a Situação Económica e Financeira do Município de Valongo – 2º Semestre; ---

4 Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo. -----

5. Constituição de uma Comissão de Acompanhamento da Elaboração do PDM de Valongo – Discussão e aprovação. -----

Estavam presentes trinta e dois elementos, cujos nomes constam da lista de presenças com as respectivas rubricas. Presentes, também, o Senhor Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo, o Senhor Vice-Presidente João António de Castro e Paiva Queirós e os Senhores Vereadores Mário Armando Martins Duarte, António Augusto de Magalhães Gomes, Jorge Manuel Gonçalves Videira e Agostinho Barbosa Vieira Rodrigues Silvestre. -----

Verificaram-se as substituições ao abrigo do art.º 78º da Lei 169/99, de 18 de Setembro com redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, dos Membros da Assembleia Municipal António Artur dos Santos Pais e António Fernandes Monteiro sendo substituídos, respectivamente, por Luís Miguel

Mendes Ramalho e António Moreira Pedro. -----  
A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** deu início à reunião. -----  
O Senhor **Primeiro Secretário Henrique Jorge Campos Cunha** procedeu à chamada dos Membros da Assembleia Municipal. -----  
A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** deu a palavra ao Público. -----  
A Senhora **Munícipe Albina da Silva Ferreira Neto Augusto** disse que era subscritora de um pedido de transportes para a zona da Boavista, em Valongo, pois é uma zona que está completamente esquecida em termos de transportes. -----  
Para se deslocarem ao Centro de Saúde, Hospital, ou tratar de qualquer outro assunto só a pé ou em carro particular. -----  
Pretendia saber quais as diligências que a Câmara tomou relativamente ao assunto. -----  
O Senhor **Munícipe António Matos Novato** começou por dizer que em anteriores Assembleias colocou um problema existente da Rua 1º de Maio, em Alfena, relativamente a publicidade, portas corta-fogo e aparelhos de ar condicionado, até à data não recebeu qualquer resposta relativamente ao assunto. -----  
De seguida colocou uma outra situação que se prende com uma obra que se está a realizar na Rua 1º de Maio, obra que não considera com requalificação, pois é um projecto mudado, substancialmente, no seu todo, onde já estão a derrubar árvores. -----  
Relativamente à obra em questão os moradores da zona não foram ouvidos, só contactaram com os comerciantes, não tendo sido os moradores consultados sobre a obra em questão. -----  
O Senhor **Vereador Mário Armando Martins Duarte** informou que relativamente à questão dos transportes não é da exclusiva competência da Câmara. -----  
A Câmara não pode resolver nada pois os transportes pertencem a empresas privadas e aos STCP, e o que a Câmara tem feito, e pode fazer, é solicitar às empresas a alteração dos seus percursos. -----  
Disse, ainda que a Câmara está atenta e dentro das suas possibilidades tudo farão para solucionar o problema. -----  
Relativamente à questão da obra na Rua 1º de Maio, em Alfena, informou que solicitou a intervenção do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena a fim de serem nomeadas duas ou três pessoas para representar os moradores, com quem reuniu. -----  
Disse, ainda que face às reuniões realizadas foi alterado o projecto para satisfazer as reivindicações que acharam que teriam algum sentido, bem como essas alterações tinham que ser aceites pelas Estradas de Portugal, entidade com competência para aprovar o projecto. -----  
Seguidamente informou que as pessoas que estiveram na Câmara em

representação dos moradores, muitas das suas pretensões foram satisfeitas, por parte da Câmara houve a maior abertura na resolução da questão. -----

O Senhor **Vice-Presidente João António de Castro e Paiva Queirós** informou o Município Senhor António Matos que relativamente à publicidade foi levantado um auto de notícia e existe processo de contra ordenação. -----

Quanto aos aparelhos de ar condicionado se não estiverem voltados para a via pública é uma situação que terá que ser dirimida com os particulares. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**, fez a leitura de um Voto de Pesar apresentado pelo Grupo Municipal do PS, que se anexa à presente acta como Doc.1, sendo colocado à votação e aprovado por unanimidade. -----

De seguida deu a palavra aos Senhores Deputados que pretendessem intervir. -----

O Senhor **Deputado Ventura de Almeida**, fez a leitura de uma Saudação anexa à presente acta como Doc.2. -----

O Senhor **Deputado António Fernando Correia Monteiro** fez a leitura de uma Moção que se anexa à presente acta como Doc.3. -----

Seguidamente disse que relativamente à intervenção do Deputado do Bloco de Esquerda na anterior sessão da Assembleia não foi posta a verdade dos factos, posteriormente aos esclarecimentos dados pelo Senhor Presidente da Câmara ao Deputado, em privado. -----

Ao longo de quase três anos de mandato o Bloco de Esquerda tem alertado a Assembleia, em particular o Executivo Camarário, para os graves problemas existentes em algumas escolas, como a ausência de cantinas e a não distribuição de refeições aos alunos. -----

Porém, para o Executivo Camarário esse problema não existe, como ficou provado na última Assembleia Municipal, onde o Senhor Presidente da Câmara, de uma forma categórica e demagógica, pretendeu desmentir o Deputado do Bloco de Esquerda relativamente aos problemas existentes em algumas escolas. -----

O problema é real e sério, de tal forma que obrigou o Senhor Presidente da Câmara, perto do final da sessão, reconhecer, em privado, junto do Deputado do Bloco de Esquerda o seu desconhecimento do problema colocado, o que deveria ter sido feiro publicamente durante a sessão, como convinha e se impunha. -----

Disse, ainda, que o problema que o Bloco de Esquerda tem vindo a denunciar é que o Agrupamento composto pelas escolas da Bela, Sampaio e Gandra, em Ermesinde, não tem cantina, nem são distribuídas refeições aos alunos. -----

Se fosse somente uma escola poderiam compreender o desconhecimento da situação por parte do Senhor Presidente da Câmara, e a sua teimosia em afirmar que não existem crianças no Concelho sem refeições na escola, mas não aceitam a ignorância quando se trata de mais escolas, o que abrange centenas de crianças, a situação impõe honestidade pública e

responsabilidade por parte do Executivo Camarário. -----  
Os alertas e denúncias que têm feito quanto às condições que os alunos da escola da Bela têm que enfrentar quando chove com uma entrada dos portões com cerca de cinquenta centímetros, que vai contra todas as regras de segurança escolar. -----  
O Bloco de Esquerda reuniu com o Conselho Directivo do Agrupamento em questão e sabe que a Câmara tem sido questionada, por várias vezes, sobre os problemas existentes. -----  
O Senhor **Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo** começou por dizer que não é obrigatório, nas escolas que funcionam em regime duplo, a distribuição de refeições. -----  
De seguida disse que tinha dado instruções para serem servidas as refeições, mesmo não sendo obrigatório. -----  
O que sucedeu foi que a Directora do Departamento foi à Escola EB2.3 de Ermesinde, para ver a possibilidade servirem refeições aos alunos das Escola EB1 da Bela, Gandra e Sampaio, tendo sido informado que era absolutamente impossível para a Escola servir as refeições, pois não tinha condições para tal. -----  
Nas escolas da Bela, Sampaio e Gandra disseram que não tinham espaço para servir as refeições, mas poderiam levar lá as refeições, simplesmente nessas escolas disseram que não era possível. -----  
Disse de seguida que quando afirmou que estavam a ser fornecidas refeições a todas as escolas estava convencido disso, pois eram as instruções que tinha dado. -----  
Seguidamente disse que quando tomou conhecimento do que se tinha passado pediu desculpa ao Senhor Deputado do Bloco de Esquerda pela sua teimosia, fê-lo em privado, mas pede desculpa perante a Assembleia, pois isso não lhe causa problema. -----  
Informou, ainda, que pretendem, durante este mandato, construir dez novas escolas com jardim-de-infância, e este ano construir quatro refeitórios e vinte e duas requalificações de escolas já existentes, bem como sete novos jardins-de-infância. -----  
O Senhor **Deputado José Luís Sousa Gomes**, fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.4. -----  
O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** começou por dizer que o Senhor Presidente da Câmara disse que não é obrigatório as escolas terem cantinas, mas clarificou quando disse que vai construir, pois uma coisa é as escolas terem refeitórios outra é as Câmaras serem obrigadas a servir refeições. -----  
Relativamente à questão dos transportes que foi colocada, o que a Munícipe pretendia ouvir, e aquilo que solicitou, era quais as diligências que a Câmara tomou para resolução do assunto. -----  
Quando se falou nas empresas privadas, o problema está aí, pois naquele percurso existem placas de uma empresa privada que não cumpre o estatuto

que foi distribuído pela Direcção Geral de Transportes, existem as paragens simplesmente a empresa não cumpre. -----

De seguida fez a leitura de um Requerimento que se anexa à presente acta como Doc.5. -----

Seguidamente disse que o Senhor Presidente da Câmara na sua campanha eleitoral, e depois passado um ano numa entrevista, disse que relativamente ao Mercado de Ermesinde estava com ideias de o alterar e, até, fazer um Parque de Exposições, na altura ficou um bocado expectante com a falta de viabilidade económica da Câmara, como seria possível avançar para um projecto desses. -----

Perguntando de seguida o que pretende a Câmara fazer com o Mercado, pois o mesmo não oferece condições, em termos legais, de funcionamento. -- Uma outra questão era sobre o Tribunal de Valongo, que foi mais uma vez notícia de primeira página, que o Senhor Presidente disse que andaram os técnicos do Governo à procura de edifícios, não tendo encontrado, perguntando se o edifício Dr. Faria Sampaio, em Ermesinde, que a Câmara não consegue vender não serviria para instalar o Tribunal do concelho de Valongo. -----

Quanto às obras que se estão a realizar no lugar da Gandra, em Ermesinde, numa reunião que tiveram com o Vereador José Luís Pinto e o Director faz Águas de Valongo, foi dito que sensibilização que estava a ser feita aos moradores do local devido à ribeira da Gandra e à poluição do rio Leça, devido a erros de ligação das águas domésticas para que fossem corrigidos, iriam dar um certo tempo para os moradores acertarem os pagamentos. -----

Segundo um documento que tem esse moradores estão a ser constituídos arguidos para pagarem num prazo de dez dias o que devem à Câmara, perguntando se a sensibilização que foi dada são medidas coercivas, pois os moradores fizeram uma abaixo assinado de como devem pagar, sobre o qual ainda aguardam resposta. -----

O Senhor **Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo** começou por dizer que, quando afirmou que as cantinas não eram obrigatórias nas escolas que funcionam em regime duplo, é de lei, mas estão a tentar acabar com o regime duplo em todas, é o que estão a fazer e vão construir os refeitórios. -----

Em relação ao problema do Mercado está a ser feito um estudo para substituir o actual Mercado, demolindo-o, e construir uma coisa totalmente diferente, com características modernas e actuais. -----

Quanto ao edifício do Tribunal a pergunta terá que ser feita ao Governo se o edifício de Ermesinde não serve, pois a Câmara inclusivamente já ofereceu terrenos. É um problema que os preocupa mas é um problema do Governo que é quem terá que o resolver. -----

O Senhor **Deputado Luís Teixeira Azevedo** começou por reiterar o protesto manifestado pelos Senhores Vereadores do Partido Socialista, numa reunião pública da Câmara, relativamente à forma grosseira e deselegante como o

PS foi tratado num órgão de comunicação social, de expansão nacional, pelo Gabinete da Presidência. Esperava que depois desse protesto que o Gabinete do Senhor Presidente apresentasse desculpas pelo infeliz tratamento. -----

Exigem respeito pelo PS, o PS é não um ninho qualquer, e se querem ser respeitados, respeitem-nos. -----

Disse, ainda, que o Senhor Presidente da Câmara não pode aligeirar responsabilidades sobre esse acto, atribuí-lo exclusivamente ao autor do dito, pois o Senhor Presidente da Câmara é o responsável político e hierárquico desse funcionário, bem como co-responsável pelas atitudes do seu Gabinete. De seguida disse que todos os dias são bombardeados com publicidade, muita dela enganosa, o que até levou a Direcção Geral de Defesa do Consumidor a editar o Livro Negro para o consumidor. -----

Isto a propósito de uma carta que recebeu, e com certeza muitos Municípios a receberam, oriunda da Câmara Municipal e assinada pelo Senhor Presidente, que não passa de publicidade e onde se lê: -----

“Decidimos fazer um esforço monetário muito grande, cerca de vinte e três milhões de euros” – o que representa um terço do Orçamento da Câmara, e mais de metade do realizado no ano transacto. Seria mais correcto dizer se não fosse o QREN a Câmara não tinha capacidade financeira para levar a cabo tão grandes empreendimentos e projectos. -----

Abarbatarem-se com o mérito dos outros fica muito mal, nesse aspecto honra seja feita ao Dr. Luís Filipe Meneses que sempre reconheceu que as obras de requalificação da zona ribeirinha, e da orla costeira, se deveram aos fundos do POLIS e ao actual Primeiro Ministro, apesar de alguém recentemente querer subverter essa realidade. -----

Dessa carta ainda se extrai, primeiro que o único projecto com enquadramento no QREN e com viabilidade foi a Carta Educativa, os outros cento e trinta e quatro anunciados pelo Vereador Mário Duarte, e nunca explicitados, não se sabe se foram ou não aceites. -----

Disse, ainda, que essa carta termina dizendo - “ a partir de 2009 todas as crianças deste Concelho desde os três anos de idade terão uma escola para as acolher”. -----

Questionando de seguida se será uma certeza ou um sonho, se tudo ficará executado em tão curto espaço de tempo. -----

Terminou dizendo reconhecer a necessidade dos equipamentos previstos, de que há muito o Concelho necessita, por uma má gestão e falta de comunicação do Executivo PSD/CDS, que reconhecendo o desenvolvimento demográfico não o adaptou ao desenvolvimento educacional. -----

O Senhor **Deputado Daniel Torres Gonçalves**, fez a leitura de uma Moção que se anexa à presente acta como Doc. 6. -----

O Senhor **Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo** em resposta ao Deputado Luís Azevedo disse que o QREN só vai responder com 70%, a nove milhões e quinhentos, e não aos vinte e três

milhões, porque só responde às candidaturas que aceitou, que são o correspondente a nove milhões e quinhentos do total previsto, só vai contribuir para as novas escolas, não contribuindo para terrenos nem para requalificação de escolas. -----

Disse de seguida que o Senhor Deputado está desfasado quando diz que há um desfasamento das instituições escolares, porque o Senhor Primeiro Ministro reconheceu quando os chamou a Lisboa, que o problema que se passa com o concelho de Valongo, e com os outros Concelhos que estiveram nessa reunião, são os problemas dos Municípios das Áreas Metropolitanas que receberam população do interior, do o concelho de Valongo é exemplo. – De 1993 até 2006 o concelho de Valongo recebeu 16.300 pessoas, segundo dados do INE, portanto 16.300 pessoas foi mais do que suficiente para provocar o desfasamento das instituições existentes com a realidade. -----

Seguidamente disse que o compromisso assumido pelo Senhor Primeiro Ministro foi em relação ao Pré-Escolar, mas eles entenderam avançar com as EB1, porque comprar os terrenos e depois fazer meias escolas não se torna rentável, pelo que decidiram avançar de forma a satisfazer a Carta Educativa. O Senhor **Vereador Mário Armando Martins Duarte** começou por dizer que o QREN era para ser 2007/2013, não é 2007 mas 2008, perdendo-se um ano, atrasou muitos projectos, muitas realizações, sem que as Autarquias tivessem qualquer culpa. -----

Pior do que isso, começou mal no início de 2008, está a atrasar-se em muitos dos programas, em muitos dos eixos previstos, abriram-se algumas candidaturas, poucas candidaturas foram abertas, algumas delas com prazos extremamente curtos para se puderam candidatar, ou seja significa quem já tinha os processos adiantados é que tiveram hipótese de apresentar candidaturas atempadamente. -----

Seguidamente disse que o mais grave é a forma como o QREN vai ser, ou está a ser gerido, extremamente centralizado onde as Autarquias, Associações de Autarquias e as Áreas Metropolitanas, neste caso o Porto, tem muito pouco a ver com a gestão dos muito milhões do QREN. -----

Relativamente à sua intervenção sobre as 150 ideias de projectos para desenvolver estão a ver quais os enquadráveis nas candidaturas que vão sendo abertas, embora uma coisa é certa 30% tem que ser com capitais próprios da Câmara. -----

Assim, desses 150 projectos candidatáveis, na perspectiva deles, obviamente não vão ser todos, mas sim aqueles que a Câmara tenha capacidade com o seu auto financiamento, dos enquadráveis nas candidaturas que vão sendo abertas até agora foram muito poucas. -----

O Senhor **Deputado José Luís Azevedo** começou por dizer que não tem culpa do QREN estar projecto para iniciar em 2007 e vá para 2008. -----

Relativamente aos vinte e três milhões, se o QREN só participa com nove milhões questiona onde vai a Câmara arranjar os restantes catorze milhões.

O Senhor **Deputado Arnaldo Pinto Soares** começou por dizer que falar do

25 de Abril e do 1º de Maio, pensa já ser ter falado muito, mas se não tivesse havido 25 de Abril, que já foi há 34 anos, eventualmente não estariam ali. ----- Disse de seguida que, na sua opinião, o 25 de Abril foi comemorado de uma forma muito especial, com a realização da Assembleia Municipal de Jovens, uma prova de que se a juventude for motivada, for incentivada, vão apreender o que é o 25 de Abril, e vai compreender que nem sempre foi assim. -----

Seguidamente disse que os jovens estiveram lá, bem como os educadores, foi pena a Mesa não estar como na presente Assembleia, eles tinham merecido mais respeito, pois eles trabalharam, cumpriram, e nem toda a gente cumpriu com eles. -----

Disse de seguida que se congratula imenso com a decisão da Câmara Municipal em dar cumprimento à Carta Educativa muito rapidamente. -----

Entende que é pela base que se deve começar a construir uma casa, é com a educação, dando oportunidade de uma melhor educação aos jovens que podem ambicionar ter futuro. -----

Não o preocupa o QREN, nem as dívidas, pois quando o endividamento é para construir o futuro, considera que é um investimento e não uma dívida, e estaria mais preocupado se a Câmara fosse incapaz de aproveitar os fundo comunitários, que é uma oportunidade de se construir muito com menos dinheiro. -----

A população não vai estar preocupada quem deu o dinheiro, vai querer saber se tem obra e as escolas a funcionar, se de facto existe qualidade de vida. ---

Relativamente à intervenção do Município Senhor António Novais disse estar disponível para falar com toda a gente, em Alfena, assim como falou com ele em duas ou três reuniões, se mais não falou foi porque o não solicitou. -----

Disse, ainda, que sempre houve abertura, tanto a Junta de Freguesia como a Câmara Municipal, durante o processo, para resolução dos problemas. -----

O Senhor **Deputado Fernando David dos Reis** agradeceu a todos os Membros da Assembleia e da Câmara que de uma forma ou de outra estiveram com ele no dia mais difícil da sua vida. -----

O Senhor **Deputado António Fernando Correia Monteiro** começou por dizer que relativamente à resposta do Senhor Presidente da Câmara, não tem nada a ver com politiquices, pois o que ficou gravado foi que o Deputado do Bloco de Esquerda, depois de uma intervenção do Deputado do PSD a nível social, que o Deputado do Bloco de Esquerda considerou uma boa intervenção, só acrescentou que nas escolas da Bela, Sampaio e Gandra não existem refeições. -----

Portanto, o Senhor Presidente deveria ter vindo esclarecer, pedir desculpas, esclarecer a verdade dos factos em público, e não em privado, pois o que saiu foi uma contradição, o Senhor Presidente a desmentir o Deputado do Bloco de Esquerda. -----

Quando fazem uma intervenção é porque estão convencidos dela, e têm seriedade para isso. -----



Quanto às escolas em questão de não terem condições, que o Senhor Presidente propôs que fossem distribuídas refeições, o que lhes disseram nas escolas foi que não havia condições para isso, pois não existiam refeitórios, nem cantinas, teriam que improvisar uma sala para servir as refeições durante o ano escolar. -----

Terminou dizendo que se o Senhor Presidente vai construir escolas, refeitórios e cantinas, ainda bem, esperam é que de facto isso seja cumprido, e é sinal de que as preocupações que o Bloco de Esquerda tem apresentado têm fundamento. -----

O Senhor **Deputado Albino da Silva Martins Poças** começou por dizer que relativamente à intervenção do Deputado Luís Azevedo, que se preocupa com uma orientação de obras que a Câmara deu a conhecer à população numa folha A4, obras em que nem tudo é pago com dinheiro directo do Município. -----

Disse de seguida que o Deputado Luís Azevedo deveria preocupar da mesma forma com as obras do Estado, obras do Governo, em que a grande maioria, principalmente as de maior vulto, são feitas com dinheiro vindo de fora. -----

Disse, ainda, se o Deputado Luís Azevedo se preocupa com a publicidade que é feita, em páginas inteiras dos jornais, com inaugurações de obras feitas com dinheiro vindo de fora. -----

Terminou dizendo que o importante é que as obras sejam feitas, que o dinheiro seja aproveitado, que lhe seja dado um bom encaminhamento, pois ficaria satisfeito se todas as obras mencionadas fossem o dobro, ou o triplo, viesse o dinheiro de onde viesse. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** começou por dizer que não concorda quando se diz que se vai fazer escolas e que é tudo por causa do QREN, pois se a Câmara não tivesse os seus técnicos para apresentar os projectos certamente a Câmara não era agraciada com o QREN. -----

Assim, a Câmara teve o seu trabalho, não tem dinheiro, candidatou-se com os seus projectos e depois teve a dívida do Governo, que é quem faz a repartição do dinheiro a entregar ao Concelho. -----

Continuou dizendo que se a Carta Educativa não tivesse sido aprovada pela Assembleia Municipal e pela DREN, se houvesse atrasos na Carta Educativa, se isso não fosse feito o mandato desta Câmara em termos de obra executada seria zero, embora caso as não se façam todas as construções, a obra executada vai ser zero. -----

Relativamente à carta não o incomoda, mas é a grande vantagem das Câmaras que faz publicidade com o dinheiro dos Municípios, e de acordo com o Regulamento de Publicidade os Partidos Políticos da Oposição querem fazer publicidade, vender as suas ideias, fazer campanha ou propaganda não o podem fazer, porque há locais onde não podem afixar propaganda. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** colocou à votação a continuidade do Período Antes da Ordem do Dia sendo

aprovado por unanimidade. -----  
De seguida passou ao Período da Ordem do Dia colocando à discussão o ponto 1. *Discussão e aprovação da acta da reunião do dia 2008-02-28*; não se tendo verificado intervenções relativamente a este ponto foi colocado à votação e aprovado por maioria com vinte e seis votos a favor e seis abstenções em virtude dos Senhores Deputados não terem estado presentes na referida reunião. -----  
Seguidamente colocou à discussão o ponto 2. *Apreciação do Relatório das reuniões efectuadas com as Associações do Concelho de Valongo*. -----  
O Senhor **Deputado António Fernando Correia Monteiro** começou por dizer que consideram um trabalho meritório, que leva os Autarcas a contactar com as forças vivas do Concelho, que trabalham no terreno e dão o seu melhor para o desenvolvimento do Concelho. -----  
Realçou a importância do associativismo local como instrumento de participação cívica. -----  
Disse de seguida que do relatório se pode extrair alguns desafios à Câmara Municipal, como ter um outro olhar sobre as Associações locais e o reconhecimento do seu papel, realçando a proposta de criação de um Gabinete de Apoio e de um Centro de Recursos. -----  
São da opinião que se deve dar espaço nas publicações do Município, on-line e em papel, das acções e iniciativas das Associações. -----  
Terminou dizendo que fazem votos para que a Câmara tenha em conta as recomendações, pois consideram um trabalho meritório. -----  
O Senhor **Deputado Luís Teixeira de Azevedo** sugeriu que na folha das recomendações onde diz –“ Considerando o exposto anteriormente, os Deputados da Assembleia Municipal de Valongo propõem:” – a sugestão é que fosse uma recomendação à Câmara Municipal. -----  
O Senhor **Deputado Albino da Silva Martins Poças** começou por dizer que como responsável por uma instituição, que teve muita honra em receber os Senhores Deputados da Assembleia Municipal, solicitava uma correcção, na página cinco, onde diz - “todas as colectividades consideram que a Câmara não tem desenvolvido acções de diálogo próximo com as Associações, para que possam expor as suas dificuldades, e propor actividades conjuntas com o Pelouro do Desporto e da Cultura” – pretendia que fosse excluída a Santa Casa da Misericórdia de Valongo, pois essa afirmação não foi feita na reunião que tiveram. -----  
Disse, ainda, que a Santa Casa da Misericórdia de Valongo tem uma óptima relação de proximidade com a Câmara Municipal de Valongo, sempre que solicitou foi ouvida para expor os seus problemas. -----  
O Senhor **Deputado José Manuel Pereira Ribeiro** começou por felicitar os Membros da Assembleia Municipal pela iniciativa, que considera um trabalho louvável, trabalho que aliás vem no seguimento de outras iniciativas realizadas pela Assembleia Municipal. -----  
Disse de seguida que pretendia deixar uma posição pessoal, que em nada

inclui o Grupo Municipal do Partido Socialista, ao qual pertence. -----  
Considera o relatório um trabalho que serve para inspirar o trabalho da Câmara, mas um trabalho incompleto na forma como está apresentado, e com várias leituras. -----  
A questão do associativismo não é uma questão só do Município, é também uma questão das Juntas de Freguesia e dos cidadãos. -----  
Quando se refere às Juntas de Freguesia é porque muitas das Associações colaboram com as Juntas de Freguesia, conhece o trabalho da Junta de Freguesia de Valongo onde já existe essa colaboração. -----  
O estado em que se encontra o sector, sector da economia social, onde muitas das Associações se inserem, o estado em que estão também é um indicador do sucesso ou insucesso do projecto comunitário local. -----  
A primeira leitura que faz do relatório deixa-o preocupado, o tipo de problemas, problemas ao nível da sustentabilidade das Associações, a responsabilidade não é só da Câmara, mas também é das Associações, quando se fala de problemas de comunicação, optimização de recursos estão perante um problema de falência do modelo. -----  
Considera que o relatório está curto, pois para fazer uma análise séria tem que ir mais fundo e depois destringir aquilo que é a realidade do meio associativo, são confrontados com vários tipos de Associações, vários tipos de problemas e realidades, assim custa-lhe votar favoravelmente o relatório, pois considera-o incompleto. -----  
Disse, ainda, que há questões que não deveriam existir, já deveriam estar resolvidas, e por aí se percebe para onde caminham. -----  
Terminou dizendo que se deveria criar uma Área Associativa, uma Área Social, que não existe, não existe uma visão global, o Concelho por opção política nunca quis caminhar nesse sentido. -----  
O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** começou por dizer que o Relatório tem duas vertentes, uma quanto à forma e outra quanto ao conteúdo. -----  
Quanto à intervenção do Deputado José Manuel Ribeiro foi dito uma coisa que não é verdade, a Assembleia Municipal não decidiu a formação ou feitura do relatório quanto à forma. -----  
Em reunião de Conferência de Representantes foi proposto pela Presidente da Mesa que os Líderes Municipais visitassem as Associações, tirassem as suas notas, para depois nas suas intervenções os ajudasse a conhecer as Associações. -----  
A situação evoluiu e daí aparecer o relatório, não tem dúvidas se o relatório é bom ou mau, a sua dúvida é se devem ou não votar o relatório. -----  
A Assembleia não foi mandatada, agora qualquer Elemento, a própria Mesa, pode apresentar uma recomendação, dentro desse princípio não tem nada a opor, mas como sendo uma recomendação oriunda do seio da Assembleia, isso não foi. -----  
Continuou dizendo que na sessão anterior falou dos clubes, do que conhecia

de alguns que visitou, e disse que o reflexo da politica do Executivo está naquilo que é o sucesso dos clubes, e se olharem os clubes estão a descer de divisão e a desaparecerem, a não praticar modalidades, existe um ou outro com sucesso, mas no compito geral o desporto no Concelho, neste mandato, regrediu. -----

Quanto ao conteúdo do relatório ele dá uma panorâmica daquilo que as colectividades disseram, todas lutavam com duas questões, a falta de diálogo e a falta de instalações, dando como modelos Gondomar e Maia, relativamente à Santa Casa da Misericórdia de Valongo concorda com o Deputado Albino Poças, foram bem recebidos, têm uma boa obra, e estão a fazer obra. -----

Disse, ainda, que o concelho de Valongo economicamente não se pode comparar aos Municípios de Gondomar e Maia, embora com um bocadinho de imaginação e o problema do Sporting de Campo, com uma carta à Direcção do Sporting Clube de Campo a dizer que alarguem o terreno, e ao proprietário do terreno garantir que a Câmara no PDM vai garantir isso. -----

O Sporting de Campo arrasta muita gente e algumas actividades económicas melhorariam com as actividades do clube. -----

O Senhor **Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo** informou que fazer uma carta ao Sporting clube de Campo a dizer que podem alargar o terreno porque no PDM nós vamos dar isso, não o pode fazer, pois seria ilegal. -----

Inclusivamente têm como responsável pelo PDM o Professor Paulo Pinho, a quem falou no assunto o qual ele vai estudar. -----

O Senhor **Vereador Mário Armando Martins Duarte** começou por dizer que o Deputado Deolindo Caetano já na última Assembleia disse que o desporto no Concelho regrediu, tendo-lhe respondido na altura que estava errado, pois tirando o futebol do Valonguense e do Ermesinde, não está a ver mais nenhum clube que vá descer de divisão devido a maus resultados. -----

Avaliar o desenvolvimento desportivo do Município por duas equipas de futebol considera muito redutor a nível do Concelho. -----

Disse de seguida que em 2007 aumentou em trezentos o número de atletas de formação, assim como o fomento desportivo do Município tem-se baseado no apoio à formação desportiva, em qualquer modalidade. -----

Disse, ainda, que existem vários campeões mundiais no Concelho, que vão a provas de campeonatos da Europa e do Mundo, existe sucesso desportivo no Concelho, não em todas as modalidades nem em todos os clubes, como em qualquer Concelho. -----

O Senhor **Vice-Presidente João António de Castro e Paiva Queirós** disse que relativamente ao problema do alargamento do campo do Sporting Clube de Campo, a Câmara teve uma reunião com o Sporting Clube de Campo e os Herdeiros, onde esteve presente a Senhora Presidente da Assembleia, e formular uma hipótese de protocolo entre o Sporting Clube de Campo e os Herdeiros, o qual só não foi subscrito porque um dos advogados entendeu

que deveria inserir uma outra clausula, e que até à data ainda não sabem qual o resultado. -----

Disse, ainda que a Câmara colocou, inclusivamente, à disposição dos Herdeiros e do Sporting Clube de Campo um Jurista da Câmara, não sabe que mais pode a Câmara fazer se não existe entendimento entre o Sporting Clube de Campo e os Herdeiros. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** disse que relativamente à resposta dada sobre o problema do Sporting Clube de Campo o Senhor Vice-Presidente foi mais longe, percebeu o fundo da questão, e não foi uma carta. Disse de seguida que se quiserem resolver o problema do Sporting Clube de Campo o podem fazer, como foi a questão dos terrenos em Alfena, alterando-se o PDM, assim como se fez em alguns locais e se vai fazer em Ermesinde com a fábrica na Santa Rita. -----

Relativamente à intervenção do Vereador Mário Duarte, com o desporto a correr tão bem como é que o Senhor Presidente da Câmara na reorganização dos Pelouros chamou a si a questão do desporto. -----

O Senhor **Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo** disse que o problema de chamar a si o Pelouro do Desporto foi uma opção sua, sobre a qual não tem que dar explicações. -----

Relativamente à fábrica na Santa Rita, que está a ser destruída na zona central, já foi três vezes à Comissão de Coordenação da Região Norte, e ainda não conseguiram resolver o problema. -----

O Senhor **Deputado Daniel Torres Gonçalves** começou por dizer que relativamente à intervenção do Deputado José Manuel Ribeiro falou muito mas não disse nada, se acha que o relatório está mal deve-o assumir. -----

Disse, ainda, que o exemplo da Junta de Freguesia de Valongo, no seu ponto de vista, foi mau, pois considera que a relação da Junta de Freguesia com as Associações trata-se de incentivar e alimentar a subsidio dependência, mais do que incentivar a actividade das Associações. -----

De seguida solicitou um esclarecimento, à Senhora Presidente da Assembleia, pois na Ordem de Trabalhos diz apreciação do relatório, gostaria de saber se o mesmo é só para apreciar ou para votar. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** informou que o que está na Ordem do Dia é só apreciação, não constando votação. -----

O Senhor **Deputado Casimiro Couto Sousa** começou por dizer que o relatório tem alguns defeitos, alguns que chamou à atenção, uns foram atendidos outros não. -----

Disse de seguida que ninguém deve ficar preocupado ma forma que ele está, pois não é um trabalho, não é um estudo sócio económico e financeiro das Associações do concelho de Valongo, para o fazer com certeza nenhum deles estaria lá. -----

Considera que é um relatório sumário, mas tem o essencial, na sua opinião as preocupações manifestadas não têm razão de ser, pois se fossem

cumpridas as recomendações apresentadas à Câmara, com certeza o panorama seria outro. -----

Foram ouvidas muitas instituições sociais, recreativas, desportivas e as suas dificuldades são essencialmente a falta de dinheiro, entende o sacrifício que fazem e as suas dificuldades. -----

Para terminar disse que o relatório não deve causar engodos a ninguém, para a próxima será melhor. -----

O Senhor **Deputado José Carvalho da Rocha** disse que relativamente ao problema do Sporting Clube de Campo existe um Protocolo assinado entre os proprietários do terreno e o Sporting Clube de Campo, com cerca de cinco anos. -----

Disse de seguida que o Protocolo foi elaborado e assinado na sala de sessões da Junta de Freguesia de Campo, na presença dos proprietários do terreno, um representante da Câmara Municipal de Valongo e a Direcção do Sporting Clube de Campo (com a presença de três elementos da Direcção). -

Não pode precisar, mas ficou acordado que se a Câmara não alterasse o PDM o Sporting Clube de Campo teria que pagar uma quantia de vinte mil euros, assim o Sporting Clube de Campo está em falta porque não pagou e a Câmara não alterou o PDM. -----

Disse, ainda, que o Sporting Clube de Campo já é detentor do terreno, já tem os 1.900 metros que lhe faltava, estando já murado. -----

Conforme dito pelo Deputado Deolindo Caetano, tem-se assistido a alterações pontuais do PDM, mas entende que os Órgãos do Clube já deveriam ter feito chegar ao Senhor Presidente da Câmara e à Senhora Presidente da Assembleia um documento a solicitá-lo. -----

A Autarquia está interessada em resolver o problema, na Assembleia já várias vezes falaram no assunto, mas tem que ser os Órgãos Sociais dos Clubes a resolver e não outras pessoas, pois assim não seria necessário O Presidente do Sporting Clube de Campo. -----

O Senhor **Deputado Albino da Silva Martins Poças** disse que ficou com a ideia de que o Deputado Casimiro Sousa não pretenderia que fosse feita a alteração por ele sugerida, mas que ela mantinha a sua posição quanto à correcção do paragrafo, pois a Santa Casa da Misericórdia sociais a nível nacional e não se sentiria bem, na qualidade de principal responsável, que saísse a público uma afirmação que não corresponde à verdade. -----

O Senhor **Deputado Casimiro Couto Sousa** disse que o que ele invocou foram as dificuldades que as instituições têm para governar por falta de fundos, nada mais do que isso. -----

O Senhor **Deputado João Paulo Rodrigues Baltazar** começou por dizer que já se falou bastante sobre a questão do conteúdo e da forma do documento. -----

Disse de seguida que se está centrar a discussão nos clubes desportivos e nos seus problemas, quando o espírito foi ouvir IPSS, Bombeiros, Associações Culturais e Desportivas, e o que se notou é que existem

dificuldades de diversos níveis. -----  
No respeitante às IPSS constatou-se o aumento da agressividade do tratamento que o Estado lhes dá, aumentando as exigências e diminuindo o apoio. -----  
Quanto aos Bombeiros sentiu-se mais ou menos o mesmo espírito, são lhes exigidos serviços para os quais têm dificuldade em encontrar rendimento. ----  
Relativamente às Culturais e Desportivas, vivesse um momento de crise, quando os indivíduos, Freguesias e Concelhos têm problemas financeiros induzem problemas financeiros à Associações. -----  
Seguidamente disse que o documento é uma declaração de índole genérica, que ficou claro que se trata de uma apreciação, não é um documento estático, bem como foi uma iniciativa que visou criar o contacto com as Associações, e a partir daí cada força Política tem a liberdade, e obrigação, de continuar esses contactos, e desenvolver todas as acções que permitam melhorar as condições em que as Associações trabalham. -----  
A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** colocou à discussão o ponto *3.1 Documento de Prestação de Contas da Câmara do ano 2007*. -----  
O Senhor **Deputado Casimiro Couto Sousa**, fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.7. -----  
O Senhor **Deputado António Fernando Correia Monteiro** começou por dizer que o documento que a Câmara apresenta segue a linha que seria de esperar, mas ao mesmo tempo consegue surpreender. -----  
Consubstancia um incumprimento gritante daquilo que foi orçamentado. -----  
As receitas que o Orçamento previa que viriam a ser arrecadadas a Autarquia apenas recebeu 58,29%. -----  
Ao nível da despesa a execução foi 71,74% do previsto, mas devem separar as despesas correntes dos investimentos. -----  
A execução de investimentos orçamentados não passou de 52,84%, ao passo que a execução das despesas de funcionamento corrente chegou aos 88,06%. -----  
Retirando-se destes dados a conclusão de que Valongo viveu mais um ano desperdiçado. -----  
Disse de seguida que o Concelho é gerido por uma maioria desunida, e dirigida por um Presidente que parece que nem na sua própria sombra confia. -----  
Gastasse quase tudo nas despesas que alimenta uma máquina montada, mas não se tem a ousadia de atrair novos investimentos e de implementar novas políticas para o desenvolvimento municipal, através de um plano estratégico e não de alterações casuísticas ao PDM, que é o que vem acontecendo. -----  
Agora aquilo que não deixa de ser surpreendente apesar do imobilismo, e incapacidade de fazer obra, o Executivo conseguiu o feito de gastar mais do que recebeu. -----

Assim, 2007 terminou com um défice de 3,428 milhões de euros se mais palavras da competência da maioria fosse necessário este número seria elucidativo. -----

A Câmara de Valongo chegou ao fim de 2007 com uma dívida acumulada de 46,675 milhões de euros para quem há tanto tempo não faz que se veja é um valor preocupante. -----

O Senhor **Deputado Joaquim Jerónimo Pereira** fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.8. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.9. -----

O Senhor **Vice-Presidente João António de Castro e Paiva Queirós** começou por dizer que ouviu falar em verbas e percentagens que lhe parece não resultam do documento que foi apresentado. -----

Disse de seguida que pela primeira vez a Autarquia teve uma Certificação Legal de Contas, onde os Auditores Externos chegaram à conclusão do relatório que foi distribuído. -----

Relativamente à intervenção do Deputado Casimiro Sousa, a hipotética dívida que a Câmara terá com o BPN, e foi sujeita a uma acção do Tribunal respectivo, uma acção que obrigaria, se essa dívida existisse, a que contabilisticamente fosse criada uma provisão, só que essa dívida não existe.

O Senhor **Presidente da câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo** informou que a ECOOP pediu-lhes para assumirem um compromisso, o qual assumiram. -----

A Câmara assumiu que faria uma determinada construção, mas depois isso não foi possível porque surgiu legislação que impôs que fosse o INH a tratar desses assuntos. -----

O que foi feito foi uma carta de intenção que deixou de ter valor, pois a obra não foi feita por eles quem iria tratar do assunto era o INH, simplesmente a empresa de factoring disse que queria receber da Câmara essa importância, ao que a Câmara informou que não tinha feito a construção. -----

O Senhor **Deputado Casimiro Couto Sousa** disse que na sua intervenção não incidiu sobre o aspecto formal, nem sequer da declaração do Auditor Externo relativamente à dívida, nem à constituição de uma provisão. -----

O Senhor **Vice-Presidente João António de Castro e Paiva Queirós** disse que as intervenções foram mais ou menos transversais, versam mais ou menos os mesmos pontos. -----

Relativamente às receitas, a receita corrente, uma receita com que a Câmara pode contar, sabem que com mais ou menos aproximação, e consultando o orçamento para 2007, estavam previstos na receita corrente 33,8 milhões de euros, cobraram 31,2 milhões de euros, portanto uma percentagem de 85,71 do orçamentado. -----

Quanto à receita de capital não é decidido pela Câmara, mas por outros, as vendas que podem surgir e podem constituir receitas de capital dependem do mercado. -----



Em relação à receita fiscal foi a receita mais ou menos esperada, o aumento que se verificou é resultante apenas da actualização de valores patrimoniais dos prédios. -----

Relativamente à dívida, e à despesa, consta no orçamento, nas despesas correntes 32,9 milhões de euros, comprometeram 29,8, realizaram 29,2 do comprometido, pagaram 25,9 milhões de euros, portanto nada de extraordinário. -----

Quanto às despesas de capital comprometeram 20,9 milhões, realizaram do comprometido 15,5, e pagaram 11,1 milhões de euros. -----

Disse de seguida que relativamente ao pessoal, o aumento da função pública foi 1,5%, o que representa 130 mil euros, a mais do que estava previsto, que se pagou anteriormente. Houve pessoal que regressou dos Serviços Municipalizados, 57 mil euros. Os auxiliares de acção educativa foram 151 mil euros, despesa em que são compensados com igual valor através da DREN. -----

Portanto, com o pessoal fora 339 mil euros, encargos sobre remunerações 47 mil euros, 386 mil euros, pagaram uma série de pequenos serviços prestados pelo pessoal que andou na despoluição do rio Leça, com seguros, subsídio de refeições, deslocações e outros, mais 35 mil euros. -----

Relativamente à aquisição de bens e serviços, as rubricas de locação material e de transporte, entre o aluguer operacional e entre o aluguer de transportes escolares foram 353 mil euros. -----

Assistência técnica relativamente a manutenção de equipamentos desportivos, culturais e administrativos, mais 107 mil euros, outros serviços por exemplo as actividades extra curriculares com o inglês que passou de uma valência para cinco, mais 464 mil e 900 euros, alteração às refeições das cantinas servidas 140 mil euros. -----

Portanto, da análise da evolução nas rubricas de aquisição de bens e serviços, nas vertentes da facturação, mesmo transitadas do ano anterior e a facturação do ano 2007, e os pagamentos, portanto a despesa, de despesa transitada do ano anterior, a despesa paga no próprio ano 2007, verificasse que no ano económico foi possível recuperar dívida neste contexto, muito embora a facturação do ano 2007 tenha sido nestas duas rubricas superior à de 2006, mesmo assim conseguiram recuperar. -----

Quanto ao PPI tinham uma dotação de 26,9 milhões de euros, conseguiram executar fisicamente 13,4 milhões de euros, o que representa relativamente ao orçamentado 49,9%, mas têm em curso obra no montante de 8,2 milhões de euros, que já cabimentaram dos 26, 21,5 milhões de euros. -----

Se pegarem no total cabimentado e dividir pelo orçamento existe uma execução de 80,2%. -----

Se fizerem a execução física têm 49,9%, entretanto se fizessem a realização integral ou aproximada das despesas constantes no orçamento 2007, se houvesse essa execução física, isso criaria um desequilíbrio financeiro tal na Câmara, resultaria que em primeira mão a não continuidade do recebimento

exactamente das transferências ao nível da DGAL. -----  
Depois a evidência era tal, e assinalada de tal maneira, que a primeira coisa que faziam era descontar os 10% no fundo que iam transferir nesse aumento, com a agravante, chegando ao fim do ano de 2007 o que existisse de desequilíbrio tinha que ser recuperado no ano 2008. -----  
Isto diminuiria necessariamente a capacidade de endividamento, saciavam a disponibilidade que existia ou não, capacidade de lançamento de novas candidaturas minimamente possíveis através do QREN. -----  
Se a Câmara se está a propor fazer um esforço, já foi mencionado pelo Senhor Presidente, no sentido do cumprimento da Carta Educativa, não sabe como é que a Câmara poderia partir para uma aventura desse género, se tivesse executado o PPI na exacta medida daquilo que estava no orçamento. Quanto à liquidez da Câmara, a liquidez da Câmara diminuiu, isso é implícito, mas como não poderia a liquidez diminuir se a geração da liquidez que criaram foi para pagar dívida, por isso é que ela diminuiu de 10,5 milhões para 7,7 milhões de euros. -----  
Se a execução, quer do orçamento, quer do PPI, tivesse admitido valores comprometidos a dívida também atingiria mais 8,7 milhões de euros, porque as receitas cobradas no ano não acompanhariam nem de longe nem de perto a despesa que entretanto estava a ser comprometida. -----  
O Senhor **Deputado Casimiro Couto Sousa** disse que quando se fala que a liquidez diminuiu porque se pagou dívida, de 2 milhões e 400 mil, em 2006 a liquidez geral aumentou cerca de 10,3, a liquidez imediata aumentou 2,5. -----  
O Senhor Vice-Presidente sabe que 2006 amortizou a dívida de curto prazo em 8 milhões de euros, e mesmo assim a liquidez subiu. -----  
Agora porque se reduziu a dívida em 2 milhões e 400 mil então a liquidez baixou. -----  
O Senhor **Vice-Presidente João António de Castro e Paiva Queirós** disse que como houve outros pagamentos também houve outras despesas. -----  
O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** disse que relativamente aos ordenados e aos vencimentos não percebe porque se atiram tanto aos trabalhadores. -----  
Segundo a leitura que faz, que está escrito no Orçamento, a Câmara gastou com os funcionários menos 0,9, não gastou mais, da receita que tinha cabimentada gastou menos, em termos monetários gastou mais com os trabalhadores, mas da massa que tinha para distribuir gastou menos. -----  
Sabem que o rácio para a distribuição do capital, se a receita daquilo que é produzido tem que ser acima dos 50% para haver uma distribuição daquilo que é produzido numa empresa, para ser uma distribuição equitativa, ou seja, os rendimentos do trabalho têm que estar acima dos 50%, porque se estiver abaixo os trabalhadores estão a levar no corpo. -----  
Disse de seguida que o problema é outro entregou-se serviços fora, entregou-se a empresas, pensa que diminuiu os trabalhadores, assim esses 0,9% têm razão de ser. -----

Disse, ainda que existe um problema que é a questão das receitas, e foi bom estavam em ano eleitoral, entregar as águas e saneamento a uma empresa, a Câmara fez um encaixe naquele ano para fazer obra, para ganhar eleições. Agora esse encaixe já não existe, pois quem cobra essas receitas são as Águas de Valongo, receitas que falta aos cofres da Câmara. -----

Mas, disse o Senhor Vice-Presidente que se executasse o que está no Plano Plurianual a dívida da Câmara não era de 3,5 milhões, a dívida teria que ser, segundo as suas contas, um saldo negativo, seria à volta de 14 milhões de euros, porque fez a obra e não conseguiu angariar receitas. -----

Se a Câmara sabe, e é aquilo que têm vindo a falar quando é aprovado as Grandes Opções do Plano e o Orçamento, se sabe que não vai cobrar, que não vai conseguir as receitas para que coloca as obras para fazer. -----

Os investimentos que se tem feito nos anos anteriores, as cinco piscinas, os cinco Centros Culturais, depois é preciso pagar a manutenção, e o Concelho não tem capacidades, não gera receitas para isso. -----

Depois quando dizem se a dívida é grande ou pequena existe uma versão completamente diferente tanto do PS como do PSD, se as Câmara contraem dívida para investimento, venha ele não tenham problemas da parte da CDU, se a Câmara fizer um empréstimo para resolver o problema de Campo, resolver a estrada municipal 606, venha ele a proposta para cima da mesa. –

Quando se fala aqui do Auditor ele faz confiança naquele documento que lhe foi entregue, pois o documento é feito pelos funcionários da Câmara, e não dúvida da seriedade dos funcionários da Câmara. -----

Terminou dizendo que a análise política que a CDU faz às Contas de Gerência nos três anos são muito más, a Câmara prometeu e não cumpriu. ---

O Senhor **Vice-Presidente João António de Castro e Paiva Queirós** começou por dizer que relativamente à intervenção do deputado Deolindo Caetano, a Câmara gastou com o pessoal mais em 2007, pagou mais 11 milhões 968 mil euros, em 2006 pagou 11 milhões 582. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** disse que se baseia nos documentos entregues pela Câmara, e o que o documento diz é que o peso com o pessoal em 2006 foi de 31,92, e em 2007 foi de 31,88. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** colocou à votação o ponto *3.1 Documento de Prestação de Contas da Câmara do ano 2007*, sendo aprovado por maioria com quinze votos a favor, catorze votos a favor do Grupo Municipal do PSD/PP, um voto a favor do Deputado Arnaldo Pinto Soares, catorze votos contra, doze votos contra do Grupo Municipal do PS, um voto contra do Grupo Municipal da CDU, um voto contra do Grupo Municipal do BE e uma abstenção da Presidente da Assembleia Municipal Sofia Liberta Braga de Freitas que apresentou uma declaração de voto anexa à presente acata como Doc.10. -----

De seguida colocou à discussão o ponto *3.2 Documento de Prestação de Contas dos SMAES do ano 2007*, não se verificaram intervenções relativamente a este ponto sendo colocado à votação e aprovado por maioria

com dezassete votos a favor, catorze votos a favor do Grupo Municipal do PSD/PP, um voto a favor do Grupo Municipal da CDU, um voto a favor da Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas, um voto a favor do Deputado Arnaldo Pinto Soares e treze abstenções, doze abstenções do Grupo Municipal do PS e uma Abstenção do Grupo Municipal do BE. -----

Seguidamente foi colocado à discussão o ponto *3.3 1ª Revisão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano do ano 2008*, não se verificaram intervenções relativamente a este ponto sendo colocado à votação e aprovado por maioria com dezassete votos a favor, catorze votos a favor do Grupo Municipal do PSD/PP, um voto a favor do Grupo Municipal da CDU, um voto a favor da Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas, um voto a favor do Deputado Arnaldo Pinto Soares e treze abstenções, doze abstenções do Grupo Municipal do PS e uma abstenção do Grupo Municipal do BE. -----

Colocou seguidamente à discussão o ponto *3.4 Fornecimento de refeições para as cantinas/refeitórios das EB1/JI do concelho de Valongo – Abertura de concurso para os anos lectivos 2008/2009 e 2009/2010*, não se tendo verificado intervenções relativamente a este ponto foi colocado à votação sendo aprovado por maioria com vinte e nove votos a favor, catorze votos a favor do Grupo Municipal do PSD/PP, doze votos a favor do Grupo Municipal do PS, um voto a favor do Grupo Municipal do BE, um voto a favor a Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas, um voto a favor do Deputado Arnaldo Pinto Soares e uma Abstenção do Grupo Municipal da CDU. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** disse que a sua abstenção não tem nada a ver com a abertura do concurso e o cabimento da verba na Câmara, mas aquilo que ele considera o preço de uma refeição, e a empresa ao preço que vai servir essa refeição, que é €1,58, tem dúvidas que essa refeição seja uma refeição para um ser humano se alimentar. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** colocou à discussão o ponto *3.5 Delegação de execução de obra na Junta de Freguesia de Alfena – Pavimentação da Rua de Real*, não se tendo verificado intervenções relativamente a este ponto foi colocado à votação e aprovado por unanimidade. -----

Seguidamente colocou à discussão o ponto *3.6 Delegação de execução de obra na Junta de Freguesia de Sobrado – Beneficiação da Rua da Pinguela*, não se verificaram intervenções relativamente a este ponto sendo colocado à votação e aprovado por unanimidade. -----

De seguida colocou à apreciação o ponto *3.7 Apreciação do Relatório do Auditor Externo de Informação sobre a Situação Económica e Financeira do Município de Valongo – 2º Semestre*, sobre o qual não se verificaram intervenções. -----

Foi colocado de seguida à apreciação o ponto *4 Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade do Município, bem*

como da situação financeira do mesmo, não se tendo verificado intervenções relativamente a este assunto. -----

Colocou de seguida à discussão o ponto 5. *Constituição de uma Comissão de Acompanhamento da Elaboração do PDM de Valongo – Discussão e aprovação.* -----

O Senhor **Deputado António Fernando Correia Monteiro** fez a leitura da Proposta anexa à presente acta como Doc.11. -----

Disse de seguida que o argumento para a elaboração da Proposta tem a ver com as responsabilidades acrescidas das Assembleias Municipais na elaboração do Plano Director Municipal, pelo simples facto de não ser necessário a ratificação por parte do Governo. -----

Tratasse da elaboração de um processo complexo, expressando o apreço pelo trabalho que a equipa constituída tem vindo a desenvolver na sua elaboração. -----

Para que seja exercida com eficácia, e conhecimento essa competência, a Assembleia Municipal deve ao longo do tempo ir tomando conhecimento das diversas fases e dos diversos problemas que se vão colocar à equipa técnica. Assim, quando estiver ultimado o processo a Assembleia Municipal já estará mais por dentro do PDM e poderá assim tomar uma decisão mais fundamentada. -----

Lembrou que em todos os Municípios que elaboraram o PDM a partir do ano 2000, ao abrigo do decreto-lei 380/99, como foi o caso do Porto, tiveram Comissões de Acompanhamento designadas pela Assembleia Municipal. -----

O Senhor **Deputado Casimiro Couto Sousa** disse que o artigo 58 n.º 2 do Regimento, diz que: “a constituição de uma delegação, comissão ou grupo de trabalho, implica a definição do seu âmbito e prazo de funcionamento”, na sua proposta apresentada diz que é uma comissão de acompanhamento, acompanhar é fazer companhia, questionando quais são as funções, qual é a intervenção, da Comissão proposta, pois isso tem que ficar bem definido para se saber o que a comissão anda a fazer, e que não consta da proposta. -----

Assim como é necessário fixar um prazo de funcionamento que também falhou, dela não consta qualquer prazo de funcionamento. -----

Uma outra questão que tem a ver com o artigo 60, n.º 1, que diz que: “o número de elementos de cada delegação, comissão ou grupo de trabalho, e a sua distribuição pelos diversos grupos municipais são fixados pela Assembleia salvaguardada que seja que todos os grupos municipais e membros independentes dela façam parte”, a proposta diz que a Comissão é constituída pela Mesa mais um elemento de cada uma das forças políticas representadas, a Mesa não tem que entrar, porque o regimento não prevê essa hipótese, prevê sim que se indiquem pessoas. -----

Disse de seguida que se a intenção é que a Assembleia Municipal tome conhecimento dos passos da elaboração do PDM, que está a decorrer, que já decorre há muito, andam há muito tempo a falar da revisão e ainda não está revisto. -----

Assim, se a intenção é da Assembleia Municipal tomar conhecimento, ela tem feito sessões como fez relativamente ao Plano de Pormenor de Ermesinde, ao Plano de Pormenor de Valongo, porque é que a Câmara que está aqui representada ao máximo nível não se compromete a diligenciar a empresa que está a elaborar o PDM, periodicamente, vir dar a todos os Membros da Assembleia Municipal, e a outras pessoas que queriam estar presentes, informações de como está a decorrer o PDM. -----

O Senhor **Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo** disse que na sequência daquilo que disse o Deputado Casimiro Sousa, o Professor Paulo Pinho e a sua equipa, só há cerca de vinte dias é que foi contratado, neste momento parece-lhe cedo, mas dentro de um mês poderia pedir para ele vir explicar à Assembleia a situação do PDM, a todos. -----

O Senhor **Deputado João Paulo Rodrigues Baltazar** disse que o regime jurídico alterou mas continua a conceder à Câmara a concepção do PDM, sendo o papel da Assembleia Municipal validar no final. -----

Relativamente à proposta feita pelo Deputado Casimiro Sousa não poderia estar mais de acordo, é uma questão de discutir se de dois meses para a frente ou para trás, aliás é o que se tem feito, e tem sido boa prática, porque tem facultado aos Membros da Assembleia Municipal sessões no que diz respeito a todas as peças de Planeamento Urbanístico que têm sido avançadas pela Câmara. -----

Portanto, dever-se-ia manter essa boa prática no que diz respeito ao Plano Director Municipal, bem como passar a ter mais gente nessas sessões que também era importante. -----

O Senhor **Deputado Arnaldo Pinto Soares** começou por dizer que estão a falar de um documento sobre o qual chegou a ver datas, tudo definido num panfleto e deveria estar pronto há cinco anos. -----

Assim, chegou o tempo de trabalhar, o Senhor Presidente está com o PDM, chegou o tempo de dar oportunidade aos técnicos de realizarem o PDM, que já devia estar pronto há muito, pois é um documento importantíssimo e fundamental. -----

Na sua opinião deve-se dar tempo e espaço aos técnicos para trabalharem sobre o PDM, e a sua vez também há-de chegar, e nessa altura terão oportunidade de se pronunciar sobre ele. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** disse que existem duas questões formais mas que rapidamente se podem sanar. -----

Relativamente ao prazo de funcionamento compreende a dificuldade do Deputado António Monteiro, pois não se sabe quando vão ter o PDM. -----

Na sua opinião está-se a passar um atestado de menoridade à Assembleia Municipal, com o qual não concorda, pois disse-se que o PDM deve ser discutido e aprovado pelos técnicos, os técnicos é que percebem do PDM. ---

Saber se concorda que naquele pinhal que é uma zona verde passou a zona de construção, não necessita ser técnico para tomar essa posição, e é isso que pretende discutir como Membro da Assembleia Municipal. -----

Disse, ainda que o que pretende discutir são as opções políticas que o Executivo vá inserir no PDM, porque não é o técnico que vai dizer à Câmara que ali vai deixar de ser RAN, vai deixar de ser REN, e se vai construir, não vai dizer que o rio Leça em vez de passar por ali até se põe a passar por outro lado. -----

O problema do arrastar do processo, o PDM só vai ser aprovado quando todas as alterações ao PDM, que estão previstas se concretizarem. -----

Se o PDM estivesse aprovado, provavelmente, agora não estariam a discutir se o homem que tem um terreno na quinta em Alfena que agora diz que não faz a escritura, porque diz que o construtor quer ganhar dinheiro, como a SOCER em que um proprietário de um terreno meteu uma providência cautelar, essas questões já deveriam estar definidas no PDM. -----

Na sua opinião a Proposta apresentada é generosa e não devem confundir a parte técnica com a parte política, pois se a Comissão for constituída o PDM vai ser melhor para o Concelho e para o executivo, pois alguns erros que possam ser cometidos não o vão ser. -----

Terminou dizendo que considera importante a criação da Comissão, quanto à parte formal deve estar definida de acordo com o Regimento, sendo corrigida.

O Senhor **Deputado António Fernando Correia Monteiro** disse que quanto à questão em termos de tempo, a Comissão durará enquanto durar a elaboração do PDM. -----

Quanto à representatividade a Assembleia Municipal é um Órgão Político, constituído pelas forças Políticas, portanto a representatividade é estarem as forças políticas do Concelho. -----

Se na Proposta consta a Mesa mais um representante de cada força política, desde que a representação identifique as tendências e as diferenças de opinião da Assembleia, está perfeitamente de acordo. -----

Em relação ao acompanhamento as reuniões com a comissão técnica serão de acordo com a disponibilidade da própria comissão. -----

Portanto, se durar um ano poderão reunir duas ou três vezes, em que a comissão vá informando do trabalho que se está a fazer. -----

Portanto, as forças representadas na Assembleia vão ter que votar o PDM, e estarão muito mais aptos, e mais preparados para votar se forem acompanhando a elaboração do PDM. -----

Disse, ainda que a grande questão é tomar conhecimento do trabalho que vai sendo feito, para que fiquem preparados e poderem discutir um documento tão importante como o PDM. -----

Relativamente ao deixar trabalhar, ninguém o vai impedir, a Comissão não vai emperrar de forma alguma o trabalho dos técnicos, vão-se é informar da elaboração do documento de acordo com as sensibilidades representadas na Assembleia Municipal. -----

O Senhor **Diomar da Silva Ferreira dos Santos** disse que independentemente das questões formais que foram levantadas, a Proposta do Bloco de Esquerda não só é generosa como é necessária e legal face à

lei. -----  
A comissão de acompanhamento é legal, o artigo 75 a) do decreto-lei 316/2007, foca que o acompanhamento dos Planos Directores Municipais é assegurado por uma comissão de acompanhamento, cuja composição se deve traduzir a natureza dos interesses, e a relevância das implicações técnicas a considerar, integrando representantes dos serviços e entidades da administração directa, do Estado, das Regiões Autónomas, do Município e de outras entidades públicas cuja participação seja aconselhável no âmbito do Plano, portanto do Município. -----  
Aliás, a Câmara já devia ter pedido, não sabe se pediu, uma comissão de acompanhamento, pode ou não entrar o Município, pode, está na lei. -----  
No âmbito do Regimento, na Assembleia Municipal podem ter uma comissão, quer no âmbito do regimento respeitando as questões formais, quer no âmbito da lei respeitando as questões formais. -----  
No seu ponto de vista a lei deu demasiado poder ao Municípios, e às Assembleia Municipais, que são quem vai aprovar os Planos Directores, os Planos de Pormenor, os Planos de Urbanização, na sua opinião um poder demasiado. -----  
Disse, ainda, que a Câmara está há 10 anos para alterar o PDM, que ainda não está feita. -----  
Portanto, não vê qual o problema de criarem uma Comissão, com base no regimento, ou com base na comissão de acompanhamento, terem elementos da Assembleia Municipal, pois vai ser ela que vai aprovar o PDM, ou a alteração ao PDM. -----  
O Senhor **Vereador Mário Armando Martins Duarte** começou por esclarecer que se trata da revisão do PDM e não da sua elaboração, como foi dito em algumas intervenções, pois a Câmara tem um PDM. -----  
Relativamente à intervenção do deputado Diomar Santos, disse que essa Comissão de acompanhamento tem a mesma génese da comissão de acompanhamento anterior. -----  
Portanto, a comissão de acompanhamento que o Deputado Diomar Santos mencionou existe mas é constituída pelo representante da Reserva Ecológica Nacional, o representante do Ministério da Agricultura, o representante do Ministério do Ambiente, da CCR, entre outras entidades. -----  
Aliás, a constituição dessas comissões têm ao longo dos anos sido uma das razões de que as revisões dos PDM são extremamente demoradas, porque são constituídas por tanta gente que muito dificilmente conseguem reunir. ----  
O Município pode solicitar a constituição dessa comissão de acompanhamento onde pode incluir quem o Município entender. -----  
O Senhor **Deputado Arnaldo Pinto Soares** disse que ninguém tem nada a esconder, pois ficou bem claro que o poder da Assembleia Municipal foi reforçado, e é ela quem em ultima instância aprova o documento. -----  
Quando falou foi na questão da funcionalidade, a própria equipa responsável de certeza irá propor uma metodologia de trabalho, foi proposto reuniões



onde todos estejam presentes a fim de serem informados, e dar a sua opinião, que na sua opinião essa será a metodologia de trabalho da equipa. -- O Senhor **Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo** disse que a equipa que está a fazer o PDM, o Professor Paulo Pinho mais seis elementos, nunca falou com eles e não tem interferido no seu trabalho, nem pensa interferir. -----

Embora o PDM esteja com ele, é um documento técnico, do qual não percebe nada, portanto vai querer que o Professor Paulo Pinho lhe diga, e lhes diga, quando tiver alguns dados, como aconteceu com o Plano de Pormenor de Valongo e o de Ermesinde. -----

O Senhor **Vereador Mário Armando Martins Duarte** disse que o PDM não estava há dez anos a fazer a revisão, para os PDM de primeira geração o que a lei determina é que sejam revistos no prazo de dez anos. -----

O PDM de Valongo foi aprovado em 1994, portanto tinha a validade legal de dez anos, não estão há dez anos a rever o PDM. -----

O Senhor **Deputado António Fernando Correia Monteiro** disse que a Comissão proposta é baseada na lei, é uma Comissão da Assembleia Municipal não tem nada a ver com outras comissões, sobre as quais está informado que estão previstas, e podem ser constituídas através de outras normas que não da Assembleia Municipal. -----

A Assembleia Municipal tem o direito e o dever de nomear uma comissão para acompanhamento. -----

De facto o documento é muito técnico que exige um conhecimento bastante grande do que representa. -----

Disse, ainda que na sua primeira intervenção, em todos os Municípios que elaboraram o PDM a partir do ano 2000, ao abrigo deste decreto-lei 380/99, como foi o caso do Porto, tiveram comissões de acompanhamento designadas pela Assembleia Municipal. -----

Não tem nada a ver com questões técnicas, não tem nada a ver com o emperrar o trabalho de quem o está a fazer, tem a ver de facto da Assembleia, que é a responsável máxima que vai aprovar, que tome as devidas decisões no sentido de se informar o mais possível. -----

O Senhor **Deputado Diomar da Silva Ferreira dos Santos** disse que na sua intervenção anterior o que quis dizer foi que lei permite a criação de uma comissão de acompanhamento onde pode estar representado os elementos do Município, além dos Organismos da Administração Central e Regional, portanto se a lei permite mais fácil é organizarem-se e acompanharem a elaboração do PDM. -----

Disse, ainda, que está no quarto mandato a Autarquia, não tendo havido nenhum outro Partido que tivesse ocupado o poder, e há sete ou oito anos que se anda a discutir a alteração do PDM. -----

O Senhor **Deputado João Paulo Rodrigues Baltazar** disse que relativamente à proposta formal da proposta não houve qualquer alteração, portanto estão a discutir o mesmo desde o início. -----

Entretanto o Senhor Deputado usou outra figura de comissão de acompanhamento, para justificar o fim, formalmente não é isso que propunha, essa comissão de acompanhamento é solicitada pela Câmara, portanto se a Câmara achar deve incluir lá dez pessoas, solicitará, não tem nada a ver com a Assembleia Municipal. -----

A Assembleia Municipal vai aprovar e, naturalmente, só o fará quando estiver esclarecida, é isso que se exige de todos, para votarem em consciência -----

Disse se seguida que o Deputado António Monteiro fala em acompanhar, informar, sobre o mesmo assunto o Deputado Deolindo Caetano fala em influenciar, em discutir medidas políticas. -----

O documento apresentado formalmente não está enquadrado no que o regimento exige para que seja constituída uma comissão de acompanhamento, os esclarecimentos foram dados, pensou que o Senhor Deputado António Monteiro ia alterar o documento, e fazer uma nova proposta, para ultrapassar a questão política que ela não fica ultrapassada, mas ultrapassar a questão formal, o que não foi feito. -----

Assim, têm um documento que formalmente é ilegal e que politicamente já o discutiram, a Assembleia Municipal vai aprovar quando estiver esclarecida. ---

A Câmara Municipal já se disponibilizou para promover momentos de esclarecimento, e irá propor com alguma periodicidade que a Assembleia Municipal, toda, porque a comissão de acompanhamento não vai fazer um relatório e não o vão votar, ele não o fará, baseado naquilo que a comissão de acompanhamento disser. -----

Disse, ainda, que vai querer ser esclarecido individualmente, apesar do que a comissão de acompanhamento possa escrever, e espera que todos tenham a mesma atitude, o acréscimo e responsabilidade têm que o exercer efectivamente. -----

A comissão privilegiar cinco pessoas perante as outras vinte e sete, não lhe parece bem, acha que a proposta do Deputado Casimiro Sousa foi muito bem aceite, no âmbito do tem sido feito. -----

Assim, propunha que se o documento se mantém, que se vote. -----

Caso o Senhor Deputado tenha alguma coisa a alterar retira a proposta. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** disse que compreende a questão do requerimento, mas que esse deve ser sempre o último recurso, pois a Mesa tinha todas as possibilidades de terminar a discussão, porque supõe que o Senhor Deputado António Monteiro já esgotou todo o seu tempo. -----

Assim, como a Mesa deveria ter respeitado a tolerância dada pelos Membros da Assembleia de mais meia hora, aprovaram seis ou sete documentos e a partir da maia hora a sessão deveria ter sido suspensa. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** informou que a primeira intervenção do Senhor Deputado António Monteiro foi considerada a apresentação da sua proposta, as outras intervenções foram no sentido de defesa da própria proposta, a partir daí sim começou a

contar o seu tempo de intervenção. -----

O Senhor **Deputado Casimiro Couto Sousa** disse que quando fez a sua apreciação da proposta foi na forma que ela está redigida, se o Deputado António Monteiro, aquilo que queria dizer não disse, isso pode ser votado, quando diz acompanhar é para informar, então isso não é acompanhar, quando diz que é até ao fim isso também lá não está, o que não está na proposta não existe. -----

Uma comissão de acompanhamento nomeada pela Assembleia Municipal não é ilegal, agora tem que ser apreciada com base no regimento, que regula o funcionamento da Assembleia Municipal. -----

Quando sugeriu que as informações a serem obtidas junto da empresa que está a elaborar a revisão do PDM, que deviam ser extensivas a todos os Membros da Assembleia, foi porque entende, e está convencido disso, que é muito mais útil toda a gente ouvir, toda a gente intervir, toda a gente sugerir, do que estar meia dúzia a ouvir aquilo que depois vão transmitir aos outros, porque não há outra forma de informar. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** colocou à votação a continuidade dos trabalhos em próxima reunião da Assembleia Municipal para continuar a discussão do ponto cinco, bem como a continuação do Período Antes da Ordem do Dia, sendo aprovado por unanimidade. -----

Colocou de seguida à votação a aprovação a aprovação em minuta dos pontos 3.1, 3.2, 3.3, 3.4, 3.5, 3.6, sendo aprovado por unanimidade. -----

Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente aprovada e assinada. -----

A Presidente: \_\_\_\_\_

O 1º Secretário: \_\_\_\_\_

O 2º secretário: \_\_\_\_\_